



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13760 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

OS PRINCÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E A FACE POLÍTICA DO SIMADE
E: POSSÍVEIS ASSOCIAÇÕES

Carla da Conceição de Lima - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

OS PRINCÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E A FACE POLÍTICA DO SIMADE: POSSÍVEIS ASSOCIAÇÕES

Resumo

Este estudo propõe uma reflexão sobre a associação entre as interfaces do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) e os princípios educacionais emanados pelo Estado de Minas Gerais no período de 2008 a 2018. Trata-se de uma investigação qualitativa, descritiva e analítica, a partir de análise documental, revisão bibliográfica e análise do *software* SIMADE. Constatou-se que, no período do Choque de Gestão, de 2008 a 2014, as interfaces imprimiram, a partir de suas faces políticas, os princípios da eficiência, eficácia e produtividade, que reverberaram na padronização das ações pedagógicas e administrativas e responsabilização dos atores educacionais. No período de 2015 a 2018, instituem-se princípios democrático-participativo que legitimam a intensificação das práticas utilitárias e pragmáticas em prol dos resultados ao tornar o sistema totalmente administrativo.

Palavras-chave: Estado; Face Política; Sistema Mineiro de Administração Escolar.

1. Introdução

A literatura nacional e internacional sobre sistemas de gestão escolar (SGE), *softwares* de gerenciamento dos processos administrativos e pedagógicos que ocorrem no contexto escolar, têm se dedicado a compreender os sentidos e significados que os atores educacionais atribuem aos dados, os usos dos sistemas (BALDUTI, 2017) e monitoramentos educacionais possibilitados pelos *softwares* (WANG, 2021; GREPON et. al, 2022). Entretanto, nota-se ausência de discussões teóricas e empíricas que analisem o estado de ser ideologicamente “invisível” intrínseco ao SGE, que o normatiza de forma acrítica e sem considerar os princípios inerentes a sua face política – dominação e poder (WINNER, 1986) – emanados pelo Estado e que, por vezes, se refletem nas interfaces dos sistemas de gestão escolar.

Este estudo propõe uma reflexão sobre a associação entre as interfaces do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) e os princípios educacionais emanados pelo Estado de Minas Gerais no período de 2008 a 2018. O SIMADE foi escolhido por ser formulado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG); estar implementado em todas as escolas da rede estadual desde 2008; e ser uma ferramenta de gestão que administra toda a estrutura da rede de ensino da SEE/MG até as escolas e um instrumento de Estado com continuidade ao longo dos anos. Optou pelo recorte de 2008 a 2018 por abranger duas fases do Choque de Gestão em Minas Gerais e a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) (BALDUTI, 2017).

Um das ferramentas do Choque de Gestão promulgada no final do segundo ^[1] mandato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi o SIMADE. Legitimado pela Resolução nº 1.180 de 28 de agosto de 2008, que estabeleceu seu desenho e uso, definiu também o grau de centralização/descentralização e os mecanismos/princípios fiscalizatórios, além de estabelecer as diretrizes e orientações para implantação, inserção e atualização dos dados educacionais – matrícula, rendimento, desempenho, frequência, entre outros. Implementado desde 2008, o sistema é uma ferramenta de gestão que configura as práticas administrativas e pedagógicas e se articula a políticas educacionais, como, por exemplo, ao Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE) (BALDUTI, 2017).

O SIMADE foi composto ao longo dos anos por interfaces que possibilitavam obter maior transparência sobre o que acontecia na escola, ao mesmo tempo que possibilitava maior controle e responsabilização por resultados (TRIPODI, 2012). A interface, ou seja, “todos os aspectos dos sistemas de informática que influenciam a participação do usuário em tarefas informatizadas” (SCAPIN, 1986, p. 2), a partir de seus atributos (menus, ícones, botões, texto, hipertexto, entre outros), reverbera na interação usuário-sistema, bem como nos recursos empregados para definir os contornos da face política. No âmbito do SIMADE, segundo Balduti (2017), a interface estabelece uma nova forma de monitoramento dos dados educacionais e o estabelecimento de práticas de uso do sistema orientadas pelos princípios da eficiência, eficácia e produtividade. Configura-se, assim, uma nova forma de capilaridade do poder e dominação emanados do Estado e materializado na figura da SEE/MG.

Este estudo parte de uma investigação qualitativa, descritiva e analítica, e as estratégias metodológicas utilizadas combinaram pesquisas documentais (Resolução 1180/2008, Lei 17.600/2008; Resolução 4055/2018, etc), revisão de literatura (TRIPODI, 2012; DUARTE et. al 2016) e observações do SIMADE, particularmente as alterações das interfaces a partir da literatura de referência e do próprio sistema.

Constata-se, no período de 2008 a 2010 que o Choque de Gestão buscava uma gestão eficiente com foco nos resultados finalísticos que podiam ser monitorados e avaliados a partir da adoção de ferramentas que aumentaram o foco no resultado e na padronização da organização educacional (DUARTE et. al., 2016). Nesse sentido, a interface do SIMADE na versão desktop era composta pelos menus Aluno, Escola, Currículo e Relatórios – quantitativo de alunos, turmas, matrículas, etc. - que tinham o intuito de coletar e fornecer informações essenciais para o monitoramento das escolas e dos resultados educacionais, sem perder de vista o ajuste de custos. Por um lado, esses dados são essenciais para o planejamento estratégico da distribuição de recursos financeiros e humanos para as escolas e para as ações de cunho pedagógico. Por outro, instituem uma nova forma de regulação “mais flexível na definição dos processos e rígida na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados” (BARROSO, 2005, p. 727), que imbrica o SIMADE e a responsabilização dos diretores e secretários escolares, isto é, os usuários do sistema.

A face política do SIMADE, no período de 2008 a 2010, ultrapassa o poder e domínio impostos pela Resolução 1180/2008 e pela questão tecnológica, operacional, alcançando, por meio das interfaces, a área pedagógica, o que reverbera na atuação docente e na formação discente, ambas monitoradas por resultados e, indiretamente, fortalecendo a responsabilização dos atores escolares. Molda-se os valores, comportamento e processos educacionais a partir da interface do sistema, internalizando, uma identidade profissional à luz da eficiência, eficácia e produtividade, as quais, segundo Guimarães et. al. (2021), são valores caros a Nova Gestão Pública e, conseqüentemente, ao Choque de Gestão.

No período de 2011 a 2014, cujo objetivo do Choque de Gestão era nova concepção de gestão, abrangendo diversas áreas e integrando diversos atores, com foco na governança em rede, há a proposição de uma interlocução entre os integrantes governamentais (DUARTE et. al., 2016). Nesse contexto, o SIMADE em sua versão WEB apresenta novas funcionalidades, quais sejam: Avaliação, Histórico, Encerramento do ano letivo, Projetos AEE/, Professor, Censo, entre outras. Ampliam-se as informações para análise do contexto escolar, uma vez que os relatórios e os dados sociodemográficos permitiam ter maior conhecimento sobre o perfil dos alunos e um diagnóstico dos resultados escolares, sem perder de vista o trabalho docente. Ademias, as novas funcionalidades também estreitaram a interlocução dos integrantes de distintas instâncias governamentais – SEE/MG, Superintendências Regionais de Ensino (SRE) ^[2] e escolas – em busca de alinhamento organizacional e viabilização do controle (central e regional) do que ocorre em termos de acesso e fluxo de alunos nas unidades de ensino (BALDUTI, 2017). Particularmente propõe-se uma nova forma de

regulamentação – centrada na definição e controle *a priori* dos procedimentos (BARROSO, 2005) –, vez que as regras do uso estão codificadas em regulamentos, que acabam por ter um valor em si mesmas, independentemente do uso.

Nessa perspectiva, na face política do SIMADE, amplia-se a capacidade de poder e dominação pelo Estado, uma vez que o sistema passa a coletar mais informações e oferecer subsídios para uso de ferramentas estatísticas, como o *Business Intelligence* (BI) (BALDUTI, 2017), adotado pela SEE/MG para composição de relatórios externos ao sistema. Nota-se que o poder concedido pelo SIMADE a SEE/MG atende tanto aos anseios sociais, como verificação do direito à educação, qualidade (aferida pelas avaliações), quanto aos propósitos econômicos do Estado ao vincular os dados do SIMADE ao programa de merenda escolar e ao SIMAVE. Nesse contexto, assim como assinalado por Winner (1986), as funcionalidades ocultam decisões sociais e econômicas de enorme significado e ordenamento na atividade escolar.

Entre 2015 e 2018, com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), configura-se nova premissa, segundo Guimarães et al. 2021, de uma gestão mais democrática e participativa que se fundamenta em processos democratizantes; transformação do *status quo* socioeducacional; construção de políticas *botton up*; e abertura de canais de participação (FURTADO et. al., 2020). No entanto, sob o bojo do SIMADE, nota-se uma intensificação das ideias de poder, domínio e controle, já que a SEE/MG assume totalmente a manutenção e inserção de recurso no sistema^[3]. Apesar de relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, mesmo de forma indireta, interfaces voltadas para a parte pedagógica - alunos aprovados e reprovados; formas de enturmação; progressão parcial, projetos extra-turnos, rendimento e desempenho – são tratadas como informativas (BALDUTI, 2017). O sistema adquire um caráter típico de administração de recursos ao mesmo que se aproxima das ações delegadas pela SEE/MG. Na esteira desse raciocínio, a Resolução 4055 de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o registro e atualização dos dados no SIMADE e a normatização do Diário Escolar Digital (DED^[4]) nas unidades de ensino, promulga legalmente essa estratificação ao estabelecer o DED como *software* pedagógico.

Não há uma transformação significativa da face política a partir dos princípios do governo vigente entre 2015 e 2018, ou seja, participação, democracia, equidade (FURTADO et. al., 2020). Nota-se o aumento de funcionalidades dentro com objetivo de coletar mais informações do contexto escolar e tornar o sistema mais vinculado a outros projetos, programas e ações, especialmente o que concerne à prática docente. Fica a hipótese de que pela face política foi possível identificar a necessidade de se observar nitidamente a atuação dos professores como uma forma de obter mais controle sobre o processo de ensino aprendizagem, traduzidos em maior valorização do professor e maior comprometimento com a equidade e a diversidade. No entanto, características antagônicas da gestão possibilitaram a intensificação das avaliações e *accountability* (FURTADO et. al, 2020).

Portanto, imerso em uma realidade sociotécnica que configura a face política presente em “máquinas, estruturas e sistemas da moderna cultura material que podem ser precisamente julgados não apenas pela contribuição à eficiência e produtividade [...], mas também pelos modos pelos quais eles podem incorporar formas específicas de poder e autoridade (WINNER, 1986, p. 15), contata-se que o SIMADE vai além de racionalizar gastos. O sistema promove, a partir de sua face política, uma aparência racional e objetivista que configura práticas sistêmicas, utilitaristas e pragmáticas, voltadas, primordialmente, para o controle no alcance da educação de qualidade que se fundamenta, apenas, nos desígnios do Estado.

Referências

BALDUTI, C. F. Possibilidades de aperfeiçoamento do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE). Juiz de Fora, 2017. 164 p. Dissertação de mestrado profissional - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública - Faculdade de Educação/CAEd. Universidade Federal de Juiz de Fora.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005.

DUARTE, A.; AUGUSTO, M. H.; JORGE, T. Gestão escolar e o trabalho dos diretores em Minas Gerais. Poiésis, Tubarão. v.10, n.17, p.199 -214, Jan/Jun 2016

GREPON, B. G.; BARAN, N.; GUMONAN, Kenn Migan Vincent. Designing and Implementing e-School Systems: An Information Systems Approach to School Management of a Community College in Northern Mindanao, Philippines. International Journal of Computing Sciences Research, in press. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4145062 Acesso em: 16/04/2023

GUIMARÃES, T. C. de A.; MARQUES, A. M. B. da C.; FELIX, R. C. R. P. A nova gestão pública e a discricionariedade docente. - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021). Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_5_19. Acesso em 16/04/2023

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº. 1.180, de 28 agosto de 2008. Disponível em: https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/1180_r.pdf Acesso em: 10 mar. 2016.

MINAS GERAIS. Lei nº. 17.600, de 1º de julho de 2008. Disponível em: https://www.ipism.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/leis/lei_17600.pdf. Acesso em: 16/05/2023.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 4055/2018. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4055-18-r.pdf> Acesso em:

16/04/2023

SCAPIN, D. L. (1986). Guide ergonomique de conception des interfaces homme-machine (relatório no. 77). France: Rocquencourt.

FURTADO, L. A. C.; PIMENTA, A.; PEREIRA, S.; SANTOS, F. P. dos. Modo petista de governar os municípios: transformações e desafios. Revista Perseu, n. 19, Ano 14, 2020.

TRIPODI, M. do R. F. O estado contratual e a nova agenda da educação: o caso de Minas Gerais. Revista @mbienteeducação. 5(1): 32-50, jan/jun, 2012.

WANG, C.; WU, Y. Research on the Management Information System of College Education and Teaching Based on Web. Journals Security and Communication Networks. 2021. Disponível em: <https://www.hindawi.com/journals/scn/2021/5090813/> Acesso em: 16/04/2023

WINNER, L. “Do Artifacts have Politics?”. “The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology”. Chicago: The University of Chicago Press. p. 19-39. 1986

[1] O primeiro mandato foi de 2003 a 2007 e buscou obter o equilíbrio fiscal para revitalização do planejamento, com o alinhamento das prioridades de curto e médio prazo estabelecidas.

[2] Órgão intermediário entre a SEE/MG e as escolas. Minas Gerais possuem 47 SRE's.

[3] Antes havia uma parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, atualmente Fundação CAEd

[4] Ambiente vinculado ao SIMADE no qual serão registrados os conteúdos ministrados, a frequência dos estudantes, as atividades avaliativas e as oportunidades de aprendizagem (MINAS GERAIS, 2018).